

## 6. Descrevendo Nova Vida em toda a sua densidade pedagógica

A expressão “o tempo vira” é usada correntemente para revelar a mudança do tempo em relação ao sol e à chuva. No entanto, foi usada por Joaquim (2009a) para manifestar o momento de deslocamento da comunidade de Curupéré para Nova Vida. Trata-se de uma reapropriação da expressão que, ao ser usada pelos moradores da CNV, retrata o processo de transformação mobilizado pelos movimentos intralocais ocorridos no município de Barcarena-PA a partir da presença das empresas de capital transnacional na região e que resultou na reterritorialização do espaço amazônico por parte de sua população nativa, antes considerada ribeirinha.

Constatamos o trato das comunidades com as dinâmicas territoriais promovidas no espaço de Barcarena, especialmente, com as resistências aos deslocamentos, resultando em aprendizagens que se renovam na medida em que transforma a cultura, ressignificando práticas sociais, agenciadas pelas interações entre sujeito e contexto social. Miquéias (2009) ao falar sobre o que representou a nova mudança para Comunidade, consegue caracterizar com propriedade o que estamos dizendo quando explica que sair de Curupéré para a comunidade era:

*A busca de um espaço e convivência melhor. Sair da poluição que estava afetando demais a comunidade... A política da comunidade estava quebrada. Relação entre as pessoas tinha sido quebrada: conflitos, oposição de poderes. Queríamos mudança de novo que pudesse trazer mudança na vida das pessoas, percebendo o vínculo da comunidade para que ela pudesse funcionar de verdade. A maioria pensava assim... Essa era a busca que se estava pretendendo... Mudança de postura... Não era só fugir da poluição, mas também fugir dos problemas, dos conflitos (...)*

Ainda que as expectativas fossem em direção a uma mudança positiva em relação ao novo deslocamento, Miquéias (2009) expõe a realidade que a comunidade encontrou: “...mas quando chegamos os desafios foram maiores e mais difíceis”.

A captura das transformações em cena na CNV é o principal objetivo deste capítulo. Diferentemente das outras duas fases, o território de Nova Vida foi por nós vivido, o que possibilitou perceber a dinâmica social da convivência, as práticas sociais estabelecidas e todo o processo educativo a elas associado. Para

este fim, foi fundamental a técnica da observação participante e da descrição densa.

Uma das estratégias da etnografia é juntar histórias em registros densos, compondo um texto objetivo e subjetivo. Isso implica paciência, muitas idas a campo (frequência e regularidade), intimidade e saber lidar com a dispersão de informações, todas fundamentais para o acúmulo de observações e sua sistematização. A respeito da observação participante na CNV a produção das informações partiu das reflexões intersubjetivas e do alcance das relações interpessoais com os interlocutores. Por meio dessa perspectiva pudemos perceber as dinâmicas da comunidade estudada, suas contradições e historicidade. O estranhamento e triangulação das informações buscaram atender ao que recomenda os autores dos estudos etnográficos. Segundo Malinowsky (1980), para que uma etnografia seja válida é necessário que alcance a totalidade do fenômeno objetivado, isto é, apreenda as dimensões sociais, culturais e psicológicas da comunidade, pois estas são de tal forma interdependentes que uma não pode ser estudada e entendida sem se considerar as demais. Segundo o autor, para que um estudo seja etnográfico o pesquisador precisa assumir um certo estranhamento com a realidade a ser densamente descrita, mesmo que ela faça parte do seu universo de representações .

No trabalho de campo foi dado destaque para o modo controlado e sistemático da observação, o que pressupõe planejamento e descrição do observado. A maneira de condução da pesquisa e a relação democrática com os interlocutores fizeram com que a interferência inevitável fosse trabalhada de forma aberta (reuniões com ou moradores, participação no cotidiano da comunidade, conversas informais, acompanhamento de algumas atividades, dentre outros), pois segundo Velsen (1987) “o etnógrafo deve procurar saber, em cada ocasião, as opiniões e interpretações dos atores e também as das outras pessoas, não com a finalidade de saber qual é a visão “certa” da situação, mas para descobrir alguma correlação entre as várias atitudes e, digamos, o status e papel daqueles que tomam aquelas atitudes”.

A chegada à CNV foi marcada por divergências oriundas das circunstâncias sócio-econômicas decorrentes do difícil processo de reassentamento em Curuparé, as quais serviram como cenário para dois conflitos: o embargo do projeto agrícola e o tipo de casa dos agregados. O primeiro referente ao projeto idealizado pela

comunidade denominado Projeto Agrícola de Nova Canaã, que envolveu 20 pessoas e visava à produção de frutas e verduras em larga escala para atender tanto ao consumo interno quanto ao mercado consumidor. O projeto foi liderado pelo Sr. Alfredo dos Anjos, Jorge dos Anjos, José Moreira e Daniel Rodrigues. Eles atuavam, no caso do Sr. Alfredo, Jorge e Daniel, como as principais referências da ASTRC. O projeto, segundo a CDI, estava sendo feito na área desta Companhia, além de ser também uma área com alto teor de influência dos gases químicos da indústria mineral de Barcarena. A notícia de embargo do projeto teve duas reações entre os membros da comunidade: uma contra o embargo; outra de desistência. Essas posições dividiram a comunidade, que passou a lidar com as duas possibilidades. No entanto, havia um agravante e, em nossa perspectiva, foi o que desencadeou os conflitos: o fiscal da área da CDI era o Sr. Teté, sendo contratado direto da Companhia. A sua contratação, à época, causou algumas reações na comunidade que o acusaram de cooptação e favorecimento. Fato é que Sr. Teté começou a exercer o papel de fiscalização na área, como também de denúncia. Como a área era muito pedregosa, seria necessário criar alternativas de produção mais adequada à realidade do terreno, fazendo com que os moradores se mobilizassem nessa direção, o que implicou em ultrapassar à área destinada à comunidade e que levou ao embargo.

A principal consequência dessa situação é a formação de um grupo dissidente, formado basicamente pelos líderes da comunidade, que se retiraram para compor a comunidade de Massarapó, e a nova coordenação de Joaquim Coelho, que assumirá o comando da comunidade até a saída para Nova Vida. Além desta situação, havia um outro elemento que impedia a permanência dos moradores na área: a poluição, resultado do processo industrial. Como destaca Ozéias.

*(...) houve a pesquisa sobre a poluição, e nossa comunidade era muito alvejada sobre essa poluição... Então tudo que se produzia era barrado no mercado. A própria empresa que nos tirou da Ponta da Montanha não quis comprar esse produto e muito mais o mercado em Vila dos Cabanos porque eles sabiam que esse produto vinha de uma comunidade que vivia em baixo de poluição da Albrás (Ozéias, 2009).*

Além de danificar as plantações, a poluição afetou os moradores, conforme também relata Ozéias:

*O Daniel quase que ele morre de asma.. E eu comecei a perceber que pra mim começou faltava ar... O que que tá acontecendo... Outras crianças começaram a*

*passar mal.. Foi. Muita coceira no corpo, irritação, falta de ar em outras pessoas... Olha o jeito que temos é procurarmos uma mudança* (Ozéias, 2009)

Toda essa situação – conflitos pessoais, dissidência de membros, novas lideranças e poluição – faz parte do contexto do novo deslocamento. Portanto, desde Curupeté, a comunidade vinha passando por dificuldades. Se, por um lado, os conflitos conseguiram, de certa maneira, desestabilizar a comunidade, por outro lado, eles forçaram o surgimento de novas lideranças. Os dois fatos trazem em si elementos complementares da persistente luta dos sujeitos da comunidade por vida digna. Não obstante aos desdobramentos e seqüelas destes fatos, a comunidade inaugura uma nova fase que vai resultar no deslocamento para Nova Vida.

A nova liderança negociou a saída da comunidade. Joaquim (2009a) lembra que solicitou a presença da empresa para discutir a situação. A idéia, segundo ele, era trocar a área por uma nova terra com a construção de casas e demais infraestrutura. Na negociação, a empresa não queria envolver as novas famílias, isto é, as constituídas pela geração que saiu criança da terra da Montanha, chamadas de agregadas. Justificava-se que a responsabilidade da empresa era com as 10 famílias oriundas do primeiro deslocamento – da Montanha para Curupeté. Miquéias (2009) informou que para conseguir as casas para essas novas famílias agregadas, seus representantes tiveram que abrir mão de benfeitorias.

*A casa de alvenaria é para os moradores e a casa de madeira para os agregados. Para que fossem construídas as casas de madeira, [os moradores] abriria mão do forro, da lajota e do banheiro bem mais acabado. Eles estabeleceram condições para a construção dos agregados. Houve dificuldade de aceitação por parte dos agregados e perceberam que houve uma discussão contratual* (Miquéias, 2009).

Os agregados sentiram-se menosprezados com as casas de madeira. Liderado por Roberto – professor da Escola da Montanha –, esse grupo, sentindo-se prejudicado, provocou outros conflitos na medida em que não queria sair nessa condição imposta pela negociação. Contudo, conforme nos informou Joaquim (2009b) e Miquéias (2009), o contrato da empresa era a retirada de todos os membros, independente das condições em que saiam. Houve a desocupação da

área por grande parte dos moradores. Alguns agregados preferiram, no entanto, permanecer na área<sup>1</sup>.

A respeito da saída para CNV, Ozéias (2009) e Miquéias (2009) destacam a reação de tristeza das pessoas ao assistirem à derrubada das casas e destruição das plantações por parte da empresa que queria evitar qualquer tentativa de invasão na área. A Clarice nos falou detalhadamente sobre esse momento.

*(...) Aí eu liguei pra ele [filho que estava trabalhando] e disse: ‘Ah meu filho vem te bora que amanhã é o dia que nós vamos sair daqui’. ‘É mesmo mamãe’ [resposta do filho]. Ele veio embora. Quando foi de madrugada ele chegou, uma hora da madrugada ele chegou e nós começamos a embalar a coisa e chorava, eu chorava com a falta do meu marido né que ele não tava pra me ajudar lá que tinha um desejo... Ainda veio aqui coitado e ele tinha um desejo de vim morar aqui... E aí eu chorava, não sabia se embalava as minhas coisas se chorava e se arrumava aí meu Deus a minha nora, a mulher do meu filho mais velho né ‘Não chore, não fique assim deixe que eu vou lhe ajudar, eu vou pra lá com a senhora’. E me consolava e me ajudava... Aí nós começamos a embalar as coisas tudo, eles levaram muita caixa pra nós pra embalar nossas coisas né. Levaram muita caixa de papelão, a empresa levou. Aí a gente embalava tudinho passava aquela fita e eles embarcavam, botavam nome da gente, veio muitas famílias naquele baú [caminhão de mudança]... Eu sei que eles enchiam aquele baú, o caminhão enorme. Pra vocês verem como a quem veio a última de lá fui eu, o pessoal vieram fazendo passeata na rua e muito carro fazendo passeata e eu fiquei em prantos lá em casa, aí meus filhos vieram embora veio o Elias, veio a Kelly tava com dez anos né, Aí veio os outros meus filhos, eu fiquei com meu filho lá. Aí meu filho ajudando a tirar as telhas, ajeitando, arrumando, botando na caçamba, cheguei pra cá era dez horas da noite, a hora que eu vim pra cá, a última que saiu. A tristeza foi essa, tristeza do meu marido e a gente desocupava e na hora que tirava ficava só as paredes e o trator metia assim [gestos com as mãos uma na outra], Pra que essa ruindade né? Na mesma hora caía as bandas [da parede] parece um desastre que tava acontecendo que era né? Aí eu tava mordida lá já com eles, deles fazerem uma coisa dessa. Aí eu disse: ‘Ei, venham cá’. ‘Ah porque nós já vamos derrubar seu poço’ [manifestação do representante da empresa]. Negativo esse poço vocês não vão derrubar. ‘Nós vamos derrubar’ [resposta]. ‘Não vão’ ‘Ei porque a senhora não quer que derrube isso’ [manifestação do representante da empresa]. O poço é meu esse poço eu fiz com o meu suor, com o meu dinheiro, não foi dinheiro de vocês. A casa vocês fizeram e podem derrubar, mas o que eu fiz com o meu suor vai ficar. Meu filho aqui vai precisar do poço. E foram até perto e olha pinaram [destruíram] de lá que eu esculhambei com eles logo lá. Aí a igreja quando foi derrubada, a Assembleia de Deus que só o barulho, égua muito triste eu chorava não sabia se eu ajeitava lá... Foi mesmo que tá acontecendo assim um terremoto porque o pessoal correndo as carreiras, ali derrubando as paredes e poeira voando pra cima né foi um terremoto que aconteceu, pra mim foi muito triste isso (Clarice, 2009)*

Outra vez, como destacamos com Ozéias, o depoimento de Clarice é marcado pela desorientação, impotência e abandono. A idéia da destruição é muito forte. Ela remete a lembrança da casa, da igreja e do poço, locais em que

<sup>1</sup> Esse grupo de agregados mora até hoje em Curuperé, que se transformou em um bairro de Vila do Conde

vínculos de trabalho, de convívio social e de solidariedade são construídos. Sua angústia está relacionada ao sentimento de perdas, comuns nesses processos de desenraizamento. Nos parece também, que há, por parte da empresa, uma tentativa de naturalizar e ocultar os problemas decorrentes dos deslocamentos, fruto das relações desiguais de poder.

A saída foi marcada pela tristeza, havendo, inclusive, manifestação de solidariedade para com as pessoas que ficaram – os agregados. As cenas, segundo Miqueias (2009), lembravam que a comunidade não tinha importância. Dentre todas as imagens, a dos agregados vendo a mudança dos grupos familiares e assistindo a derrubada das casas e plantações foi a que mais marcou, segundo Miqueias (2009). Para ilustrar a situação, ele recordou a despedida da Sra. Iolanda da neta. Ainda assim, o próprio Miqueias (2009) destaca que havia um sentimento de esperança em recomeçar de novo em outro lugar, pois estavam abandonando problemas graves como a poluição e os problemas de saúde dela decorrentes. Este sentimento era compartilhado pela maioria dos moradores, apesar dos medos e preocupações.

Nas entrevistas com o Sr. Teté (2009), Sara (2009) e Eunice (2010) são feitas menções sobre o momento de chegada e primeiras impressões dos moradores em Nova Vida. Formada por 136 moradores, a Comunidade se instalou em janeiro de 2004 e iniciou sua nova territorialização passando a ser reconhecida como a Comunidade Nova Vida. Apesar de todo o esforço empreendido, a tentativa de mudança para superar os problemas de Cureperé malogrou. Até hoje a Comunidade vive os mesmos problemas: desemprego, falta de transporte, falta de iluminação, ausência de segurança pública etc.

<b>COMUNIDADE NOVA VIDA</b>	
<b>FAMÍLIAS EM NOVA VIDA</b>	<b>QUANTIDADE DE PESSOAS</b>
Teté Rodrigues	04
Daniel Rodrigues	06
Joaquim Coelho	09
Luis Dias Rodrigues	07
Salustriano Monteiro	04
Clarice Rodrigues	05
Samuel de Castro	05
Prisco Castro	03
José Valente Disa	05
Emanoel Castro	03
Emizael Rodrigues	06
Domingos Coelho	02
Creuzalina Santos	07
Enoque Santos	03
Ozeias Rodrigues	04
José Pereira dos Santos	05
Adonias Rodrigues	03
Edilson da Silva	07
Maria Gomes Angelim	03
Zanias Leão Nogueira	03
Wanderleia Angelim	02
Raimundo Angelim	05
Benavenuta Angelim	04
Dilcileia de Castro	04
Carlos Alberto Angelim	06
João Rodrigues	04
Eliene	09
Luis Almeida Brasil	04
Esdras Rodrigues	04
<b>Total</b>	<b>136</b>

Quadro 19 – Identificação das famílias da Comunidade Nova Vida com a indicação da quantidade de seus membros

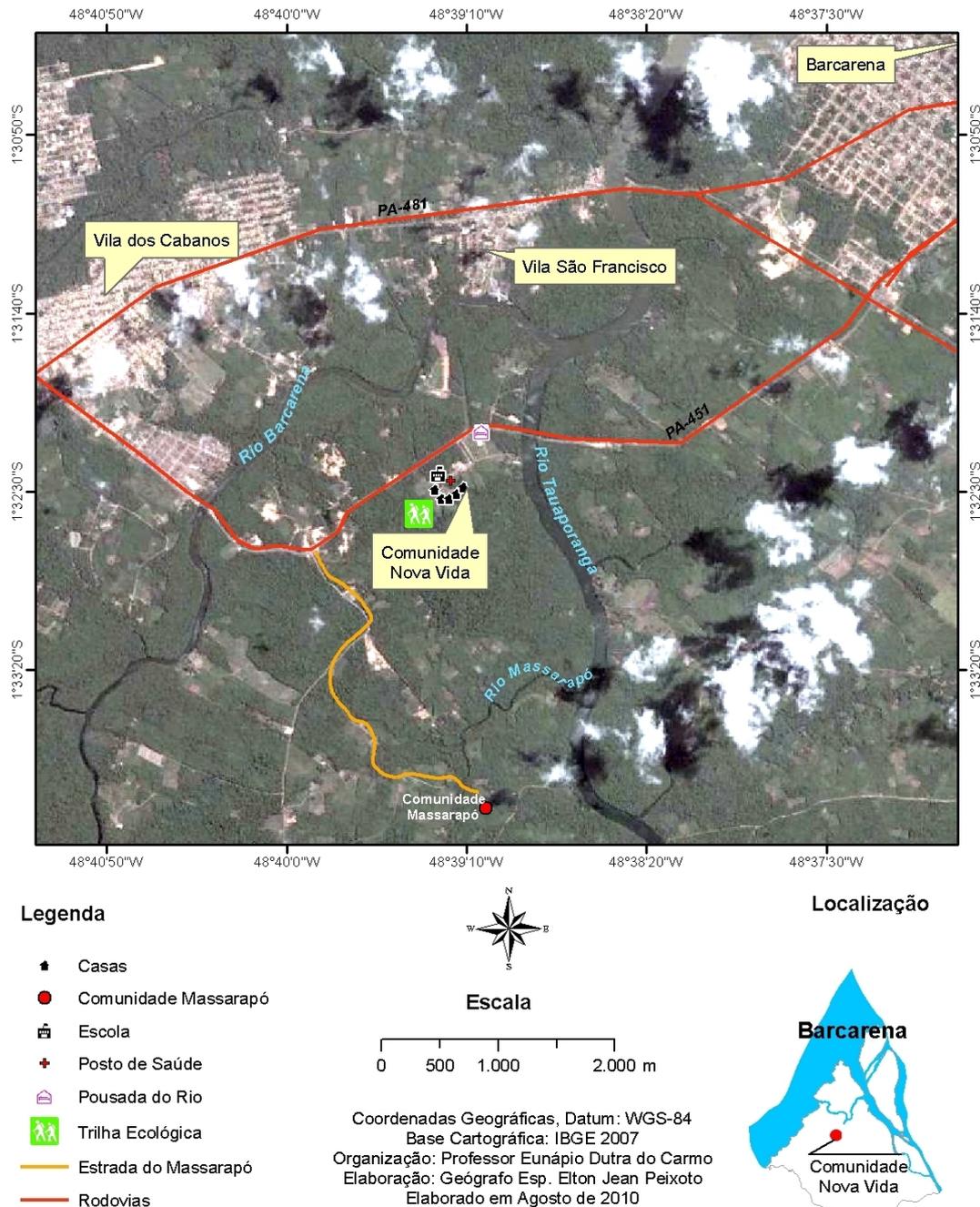
Algumas manifestações sobre a situação da CNV nos chamaram atenção:

*Uma trajetória de novidade, sonho e realidade. Não sei o que vai acontecer amanhã conosco. Vontade de voltar para Curuperé... Não queria ficar... Lugar cobiçado pelas empresas. Território dentro da área industrial... (Sr. Teté, 2009)*

*Não tem sido tão fácil, mas com a luta temos conseguido vencer... Vivendo desigualdade. O ideal foi e está se perdendo. Não há união, mas ainda há aqueles que lutam. Tem pessoas aposentadas, cansadas. Três quartos trabalham na empresa. Tem pessoas se esforçando nos estudos, houve um salto muito grande nesse assunto... Parece que as pessoas não querem mais se unir em torno de um projeto... Alguém só mora e não valoriza a história da comunidade. (Eunice, 2010)*

*Há uma nova comunidade dentro da CNV em função das raízes de parentesco. As relações são preservadas pelo grau de parentesco (Sara, 2009)*

Nestas manifestações, o tema da desilusão com o futuro, desarticulação, força da escola, relação com a empresa, formação, vão ganhando importância por serem sensíveis ao momento da comunidade. Os deslocamentos compulsórios vividos redesenham a organização social e cultural de seus membros impondo novas preocupações e desafios. O deslocamento para um espaço geograficamente diferente, reconfigura as relações territoriais e representações de mundo que promoverão um enfrentamento mais crítico da comunidade com as empresas mineradoras. A área de assentamento, com infra-estrutura construída pela PPSA foi resultado do contrato de negociação da Comunidade com a empresa. À margem da PA 481, Km 6, próximo à Vila dos Cabanos e à Prefeitura de Barcarena, os membros da CNV ficaram agora ainda mais distantes do local de pesca – a Baía de Marajó.



Mapa 6 – Localização da CNV

O mapa de localização da CNV revela que “é tempo de recomeçar”, como disse Miquéias (ano), especialmente por se tratar de uma área bem diferente de Curuperé, próxima de área urbana. Era preciso, agora, se readaptar, estabelecer uma relação de pertencimento com um espaço até então desconhecido.

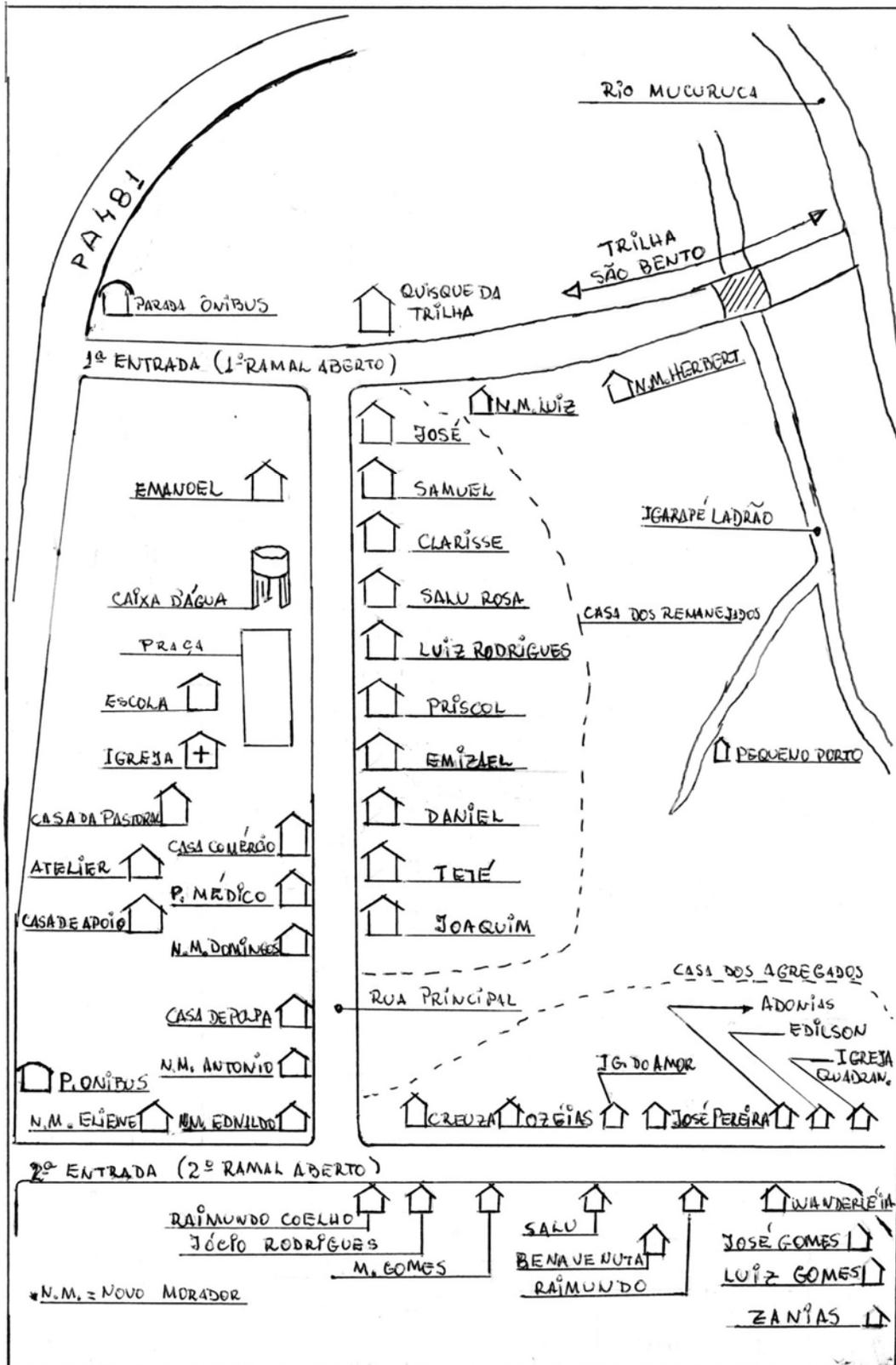
Atualmente, a comunidade está há mais de seis anos no local e conta com uma área de 109 hectares, distribuída entre casas, infra-estrutura e natureza – escola, igreja, posto de saúde e atelier, quintais, rios, igarapés e floresta. A área de

floresta fica no fundo das casas e é atravessada pelo Igarapé Ladrão, que tem o rio Mucuruçá como limite. Esta floresta é considerada primária, com árvores de grande porte, concentração de terra-firme ao meio, onde está situada a sua vasta vegetação. O solo desta mata é considerado pobre devido à grande presença de pedras, fazendo com que as raízes das árvores não penetrem a grandes profundezas e se reserve a se alimentar de nutrientes próximos à superfície. As árvores dão muita sombra, formando um ambiente fechado e escuro, facilitando a presença de animais como macaco, papagaio, tatu, cutia, tamanduá, preguiça, pássaros diversos e cobras (sucururu, janarana e jibóia). À noite, a floresta pode assustar devido aos sons emitidos, os movimentos e os cheiros que vêm da natureza, com destaque para o tempo da chuva. Neste, em particular, são feitas muitas recomendações, dentre elas, o cuidado com os bichos e a força da água em sua enchente na grande maré.

A nova organização social da comunidade reflete a reconfiguração sócio-territorial que causam rupturas, corrosões de valores culturais, mudanças nos hábitos de vida e perda de vínculo com o espaço social originário. A respeito do modo de vida e relações sociais, houve a perda de confiança entre os membros da comunidade, resultado dos conflitos anteriores que desembocaram no novo deslocamento para CNV. Essa situação fez com que houvesse certa desconfiança entre as famílias, principalmente considerando a diferença das casas – “casa de alvenaria dos remanejados” (primeiro bloco de casas na entrada da comunidade) e “casa de madeira dos agregados” (construídas posteriormente, em negociação com a empresa, e localizadas na lateral da comunidade) –, gerando uma divisão na comunidade, como ressaltou Cleonice (2009). Apesar das famílias das casas de alvenaria terem dispensando suas benfeitorias para negociar as casas para os agregados, isso não foi suficiente para impedir o “clima ruim”, complementa Cleonice (2009). Por isso, a primeira leva de casa era conhecida como “Rua Nova Vida” e a segunda “Rua da Briga”, onde ficavam as casas de madeiras que estavam mais próximas uma das outras, aumentando os atritos.

As casas foram construídas em blocos de cimento, diferente de Curuperé em que as casas eram de tijolo. Elas medem 8 (oito) metros de frente por 10 (dez) metros de fundo. Telhas, ripas, perna-mancas são de boa qualidade, permitindo maior tranquilidade durante as chuvas. No entanto, algumas casas já começam a apresentar rachaduras. Outro elemento destacado nas entrevistas foi a água

encanada para as casas. A disposição das casas (conforme Croqui da Comunidade Nova Vida) considerou, de certo modo, as relações de parentesco, corroborando para a proximidade das famílias de laços consangüíneos e, por extensão, as trocas materiais e afetivas. A comunidade precisou, em razão da estrutura das casas e de suas proximidades, aprender a conviver com a diferença e superar tentativas de preconceitos. Diferente das experiências anteriores, nas quais todos eram iguais porque tinham as mesmas condições materiais, a CNV instalou hierarquias e estabeleceu diferenças que, infelizmente, como lamenta Miquéias (2010), promoveu a uma desigualdade interna que tem resultado em desavenças entre seus membros.



Croqui da Comunidade Nova Vida  
 Fonte: Autor, 2010.

Mapa 7 – Croqui da CNV

Um dos dilemas da comunidade é a entrada de novos atores em cena, como se refere Cleonice (2009): “Convivência difícil com pessoas que não fizeram parte da comunidade e que moram em Nova Vida. Pessoas difíceis (...). Uns querem construir outros querem destruir”. Os novos moradores chegaram por volta de 2006, atraídos pelo mercado de trabalho impulsionado pelo crescimento industrial na região. Muitos deles têm amigos e parentes na comunidade, o que lhes favorece a entrada. Grande parte se instalou para adquirir lotes de terra. Daniel (2009) nos apresenta suas impressões sobre os novos moradores: “Algumas pessoas vieram pra somar e outras ficaram paradas”. No entanto, como destacou Miquéias (2009): “A comunidade precisa aumentar em membros para ocupar/povoar a terra, considerando a valorização do terreno”. De fato, o local corresponde a um terreno cedido pela empresa que, apesar de registrado no cartório, não dá à comunidade a posse da terra, derivando daí a dúvida sobre a permanência e o alerta quanto a possibilidade de novos remanejamentos.

A vizinhança começa a sentir os desdobramentos do “clima ruim” nas relações sociais: desentendimentos entre famílias e algumas confusões decorrentes de pequenos furtos. Ao falar sobre esse assunto, Sara (2009) aponta que, não obstante ter melhorado a comunicação entre os adultos da comunidade, ainda havia problemas de relações sociais decorrentes da falta de confiança iniciados quando dos conflitos de Curuperé. Os jovens aprendem a conversar mais e a trocar idéias sobre namoro, casamento, profissão, escola, dentre outros assuntos, além de conservar, estimulados pela escola, bens coletivos. Porém, alguns jovens começaram a se desvincular das posturas defendidas pela comunidade de origem (a da Montanha) ao promover atitudes desaprovadas pelos mais velhos, como a destruição do espaço e falta de respeito para com os idosos. Esse é um tema que vem preocupando a todos, como revelam os relatos de Joaquim (2009a), Cleonice (2009), Sara (2009) e Daniel (2009). Apesar de ter havido alguma melhora na relação entre jovens e adultos, ainda há que se fazer um trabalho mais de perto com os jovens e as crianças.

De um modo geral, as famílias sentem as mudanças e ficam mais atentas ao que vem acontecendo na comunidade. Se em Curuperé os vizinhos eram primos e parentes, em Nova Vida há o ingresso de novas pessoas que passam a fixar residência na comunidade. Os homens tendem com isto a controlar mais a família e a exercer uma certa vigilância sobre os filhos que antes brincavam “soltos”. As

razões na mudança de comportamento desses membros originários da Montanha foram apontadas pelos informantes: fortalecer a família. As mulheres passam a ser mais decisivas, reconhecem seus direitos e sabem que são fundamentais para o controle da ordem familiar. Os jovens percebem os conflitos e tentam apenas entender porque eles ocorrem. Há, por parte deles, um ressentimento pela ausência dos pais que têm que trabalhar distante. Esta situação tem estimulado o casamento e a união precoce. Os idosos já demonstram cansaço, passividade e sentem que os seus conhecimentos não são mais tão interessantes. Eles têm uma atuação mais voltada para a igreja e quase não saem da comunidade, inclusive por conta das limitações de saúde. As crianças gostam de brincar na comunidade, principalmente na praça e no rio. Elas aprenderam com os deslocamentos que devem estar sempre em comunidade e a ter o respeito pelo “seu conhecido, parente” (DANA, 2009), mas era bem mais uma obediência às pessoas da família e não às pessoas da comunidade. As crianças presenciam o movimento da comunidade, se assustam com os conflitos e ficam felizes com a reunião dos parentes e amigos e com as festas da comunidade.



Fotografia 1 – Espaço pavimentado da CNV



Fotografia 2 – Igreja e habitações na CNV



Fotografia 3 – Crianças da CNV

As crianças perdem uma convivência mais tranqüila em função dos conflitos promovidos pelos deslocamentos e passam participar das reuniões, “querendo saber o que está acontecendo” (MIQUÉIAS, 2009). Os pais lutam por um convívio social mais favorável às crianças, especialmente logo após o deslocamento. Essa preocupação, como ressaltou Miquéias (2009), soma-se à orientação para o estudo, que passa a ser reconhecido como um fator importante na vida social. A escola também passa a ser vista como um espaço privilegiado de troca de experiências entre gerações e de interação entre os membros da comunidade. Ela também se torna o lugar de referência para a troca de saberes entre os membros da comunidade e os visitantes da cidade, entre moradores e mediadores.

Os aprendizados ocorrem desde a convivência mais próxima entre adultos, jovens e crianças e a tentativa de maior aproximação com os mais idosos que se mostravam cansados e desiludidos, como mencionou Daniel (2009). O difícil aprendizado com os conflitos nas relações sociais é significativo e gera resultados no cotidiano da convivência social. Cleonice fala sobre isso

*Pra mim, acho que foram os nossos erros. Os nossos erros..se nós não déssemos ouvidos a algumas intrigas, nós tínhamos sido muito felizes..Então a gente apanhou pra aprender..Nós sentimos muito pelo que a gente passou..Só que se não houvesse isso, a gente não tinha aprendido alguma coisa. (Cleonice, 2009)*

As novas práticas sociais e sua vivência acontecem na contradição entre antigos valores assumidos e a força da realidade das novas relações sociais. São campos de reelaboração das práticas sociais e educativas, garantindo a

ressignificação de processos, atualizando-os conforme as dinâmicas sócio-econômicas e espaciais em curso. As dinâmicas territoriais destituíram e instituíram práticas sócio-educativas. Dada a natureza dessas transformações, os processos de formação foram se constituindo nas dinâmicas territoriais, correspondendo a contextos edificantes de práticas educativas.

As observações de campo apontam para o título da terra como reivindicação histórica da CNV. Tomada como contexto macro, a questão da terra se destaca por estar relacionada à ocupação e instalação da comunidade. Relacionados a ela, outros temas aparecem: a organização política e a liderança. O prolongamento da pesquisa em um ano e oito meses permitiu acompanhar como essas situações sociais vão se dando na CNV e de que forma se complementam. Os conflitos internos prejudicaram a organização política da comunidade. Estes conflitos são por desobediência às regras, uso equivocado de material coletivo e abuso de poder por parte da presidência da associação dos moradores, que já vinha acontecendo desde Curuperé.

A organização política da CNV está baseada na garantia dos direitos mediante ação junto à empresa e aos órgãos públicos. Em função dessa posição, muitos moradores passaram a ser mais críticos, ficando atentos aos acontecimentos da comunidade. Eles começaram a tomar atitudes de questionamento e cobrança. A retomada da luta pelos benefícios junto à empresa é um exemplo disso, como destacou Joaquim (2009b). A empresa vê que a nova liderança tem outro perfil, nesse momento a presença e participação do SENAR são intensificadas. Porém, também havia um cansaço diante de um processo tão tenso, a fala de Clarice (2010) é um sintoma disso: “Tô cansada de plantar e a firma mandar a gente sair”. Ao mesmo tempo, aprendeu-se com os conflitos, geradores da desunião e dos prejuízos à comunidade, que é necessário desenvolver o diálogo e novas estratégias, especialmente a formação de lideranças que estejam preocupadas com o coletivo, com a comunidade.

Desde Curuperé, a perda da confiança em decorrência dos conflitos internos prejudicou as diretrizes internas comunidade. Em Nova Vida, desde 2004, parte da mobilização também foi prejudicada pela falta de articulação entre liderança e comunidade, o que acabou por promover a falta de confiança naqueles que conduziam as negociações. Isto resultou na decisão coletiva de se rediscutir o papel da liderança. Houve, então, uma reorganização do processo de mobilização,

fazendo com que os moradores passassem a reconhecer a importância de cada um como agente político. Esta postura promoveu a busca por conhecimentos de como atuar na comunidade num momento de crise, como destacou Miqueias (2009). Joaquim (2009a) destaca que a comunidade percebeu ser necessário participar mais das reuniões e abandonar a postura de mero ouvinte. Esse processo de auto-reflexão e auto-conhecimento foi propiciando um resgate de confiança mútua. Hoje as dificuldades permanecem, o que requer mais trabalho para reorganizar a ação da comunidade, mas todos reconhecem que os primeiros passos em direção à reconstrução já foram dados. Neste momento, aprendeu-se a: 1) ouvir mais os membros da comunidade; 2) reconhecer que a conquista da confiança da comunidade por parte da liderança é fundamental; 3) admitir que a lealdade à comunidade é uma atitude que deve permear todas as negociações de interesse coletivo; 4) defender os interesses coletivos para a manutenção da coesão da comunidade; 5) respeitar a história coletiva.

Sobre a direção da comunidade, importa destacar a difícil entrada da nova diretoria, o que demonstrou o quanto os sinais de desavenças internas estão presentes na CNV. No passado, a atuação dos presidentes da associação de moradores – Joaquim, José Pereira, José Matias e Raimundo Angelim – tinha sido tranquila, mas a transição do último para o atual – Elias Castro –, recentemente empossado, foi conflituosa com repercussões para toda comunidade. De fato, informam os membros que, o presidente anterior (Raimundo Angelim) fez uma gestão centralizadora, com a baixa participação dos moradores nas decisões, que acabaram por acusá-lo de abuso de poder. A gestão dividiu a comunidade, incentivando, por exemplo, que os moradores das casas de madeira a fazerem manifestação para chamar a atenção da empresa com relação a alguns temas, orientação não discutida em assembléia.. Tais práticas fragilizaram os moradores diante da PPSA e do SENAR. No caso desta última, interrompeu o repasse de recursos à comunidade, o que foi denunciado pelo novo presidente.

A atual presidência está composta por: Raimundo Angelim (presidência), João (terceiro presidente), Luciana (tesoureira) e Alcione (secretaria). Iniciada em 2010, a nova gestão, tem como principais propostas: a) melhorar a infra-estrutura da comunidade (abastecimento de água, iluminação, abastecimento de água, saneamento básico); b) a construção do centro comunitário; c) a instalação de uma caixa d'água comunitária de concreto; d) a construção da ponte de acesso ao rio

Mucuruçá; e) a ampliação de canais de diálogo com a comunidade; f) o respeito à história da comunidade. A direção é formada por uma geração mais jovem, composta de filhos e sobrinhos da segunda geração. No seu conjunto, os componentes encontram-se na faixa dos 25 anos de idade e formação escolar em nível médio. Todos pertenceram à comunidade da Montanha. Segundo Miqueias (2010), a nova diretoria tem como foco dar uma direção à comunidade, buscando retomar a luta pela melhoria de vida de todos.

### **6.1. Ocupação, qualificação e outras alternativas de produção**

As observações de campo apontam que a proximidade com a Vila dos Cabanos, a Vila de S. Francisco, o porto de Barcarena, além da necessidade de qualificação para o trabalho, são as grandes responsáveis pela alteração nas formas de ocupação da comunidade em Nova Vida se comparadas com a de Curupeté. O deslocamento ocorreu de modo a atender às necessidades mais prementes, desencadeadas pela reterritorialização de todo o espaço de Barcarena. A ocupação compôs-se de pessoas aposentadas, que correspondem aos moradores mais antigos; de mulheres que trabalham como domésticas nas casas de família na Vila dos Cabanos; de pescadores e pequenos agricultores. Esta realidade revela uma mudança de ocupações nas atividades produtivas originárias, desenvolvidas na Comunidade da Montanha. No processo de produção de subsistência, os quintais das famílias têm importante papel, na maioria dos casos. Neles há a produção e manejo de plantas frutíferas, criação de galinhas, criação de peixes e pesca. Esta última é praticada na comunidade em caráter de subsistência, com destaque para a pesca de zaguaiá e de rede. Outros estão tentando a criação de peixes em cativeiro, aproveitando as partes mais alagadas dos quintais. A produção das frutas é feita nos quintais que medem aproximadamente 20 metros de largura por 300 metros de comprimento e contam com a plantação iniciada pelos moradores quando chegaram naquele espaço. Destaca-se, em especial, a plantação de cupuaçú, laranja, acerola e ingá. Também nos quintais há o açazal, que fica na área de várzea em que o contato permanente com a água faz com que a plantação de açaí seja grande, favorecendo a produção em grande escala. A extração e o preparo compõem a dinâmica de produção do açaí. Tais etapas, foram por nós observadas, como mostram os registros a seguir.



Fotografia 4 – Manejo do açaí



Fotografia 5 – Extração e tratamento do açaí



Fotografia 6 – Finalização da produção do açaí para consumo

A maioria dos representantes das famílias atua como empregado das empresas mineradora ou nas empresas que prestavam serviços às mineradoras,

exercendo cargos de operador de caldeira, soldador, operador de forno, eletrecista, servente de manutenção, mecânico, montador, marleteiro, vigilante, pedreiro, ajudante de metalúrgico, dentre outras. As categorias “fichar nas empresas”, “trampo novo” davam destaque às novas ocupações que passam a fazer parte do cotidiano da comunidade. Como disse Joaquim (2009b): “a gente tinha que aprender um ofício e não ficar dependente só da profissão de pescador e/ou agricultor”. O sentido de aprendizado, neste caso, está relacionado a trabalhar para assegurar a qualidade de vida à família, além da conquista de uma profissão – projeto decorrente das relações com as empresas. A qualificação como condição para se ter uma ocupação começou a ser uma pauta importante na comunidade. Para os moradores, também havia uma segunda relação desse tema com a escola e os cursos do SENAR, que passaremos a tratá-los.

A escola já está fortemente incorporada à dinâmica da comunidade. Isso se manifesta quando pais e adultos passam a incentivar crianças e jovens da comunidade a estudar. Com a fundação da escola de ensino fundamental as orientações às crianças por mais estudos se intensificam. Após a conclusão do ensino fundamental, os jovens vão cursar o ensino médio nas escolas estaduais e municipais da Vila de S. Francisco. Hoje apesar dessa situação, a comunidade tem 05 (cinco) pessoas fazendo curso superior, além de quatro com cursos técnicos. Há também um número significativo de moradores que voltaram a estudar.



Fotografia 7 – Escola Municipal de Ensino Fundamental da Montanha

É importante destacar que muitas crianças não queriam estudar porque os deslocamentos as prejudicaram no desempenho de sala de aula. As mudanças da comunidade da Montanha para Curuperé e de Curuperé para Nova Vida fez com

que os alunos interrompessem bruscamente as atividades escolares, o que acabou por resultar na desmotivação pelos estudos. Todavia, em campo, durante nossas conversas com os adolescentes e jovens, os estudos eram tratados de maneira consciente. Foi o caso da síntese que fez a Rosane (2010) sobre o período em que estudou. Como nasceu na Comunidade da Montanha, Rosane viveu a experiência da escola tanto em Curupeté como em Nova Vida. Foi aluna da Escola da Montanha (Comunidade de Curupeté), com o Prof. Roberto; depois estudou na Escola São Francisco Xavier e Acir Barros. Assim ela se refere aos estudos:

*A lembrança das dificuldades revelam o que acontece na forma de estudar. Sempre havia um tipo de sofrimento relacionado a forma de estudar... O abalo com as transformações foi grande... Aprende a dar valor a essas lutas. É luta, dificuldade a gente nunca pode parar. Os pais sempre incentivaram para os estudos. Estudar é uma luta.*(Rosane, 2010)

Lutar é o sentido de estudar porque para a comunidade a escola representa o enfrentamento de obstáculos: falta de recursos, ausência de material didático, dificuldade de transporte etc. Além desses obstáculos, um em especial nos chamou atenção: a forma como os alunos da comunidade eram conhecidos na escola da cidade. Eles são “os alunos do sítio”. Esta foi a identidade produzida e “colada” nas crianças e adolescentes da CNV que estudavam na Escola São Francisco Xavier, na Vila de São Francisco, antiga Barcarena. Instaurou-se um preconceito em relação a esses alunos que tinham vontade de estudar, de freqüentar. Susana (2010) mencionou que havia intrigas com eles, pois eram considerados “bicho do mato”. Salomão (2010) anota que os alunos da comunidade ficavam mais próximos dos colegas da própria comunidade. Havia a sensação de exclusão por parte dos alunos da comunidade (DANA, 2010). Por outro lado, os alunos da comunidade começaram a se destacar positivamente nas avaliações e trabalhos, Com mérito, foram se apropriando do espaço escolar, conquistando a amizade dos professores pela competência e compromisso com os estudos, como destacou Rosane. Diferentemente da situação de agressão verbal de alguns alunos aos professores. Dario (2010) destacou que havia também algum desinteresse pelos estudos por parte dos alunos da comunidade resultando em dispersão, mas que depois foi superado em razão das oportunidades oferecidas. Sobre a dispersão dos alunos da CNV, Daniel revela:

*(...) com certeza tem sido um ponto de muita preocupação porque num momento que uma criança sai, mesmo em um ônibus escolar e é levado para outra comunidade. e não tem o acompanhamento mais próximo, é preocupante..Lá nós*

*temos tido algum conhecimento que alguns alunos tem largado as salas pra ir jogar game e esses problemas aí com certeza vão trazer conseqüências...Uma segurança que se tem é com relação às diretorias..das escolas. Nós temos mantido um bom relacionamento com eles, no sentido de.. os nossos alunos serem vistos lá dentro, e ter um feedback... E já tivemos esses probleminhas de crianças fugindo da escola pra ir jogar game....Tem sido um respeito muito grande.. Os deslizes que existem..eles estão em decorrência da própria pessoa, não em relação a escola e a comunidade..mas o cidadãozinho lá que acaba fugindo da regra. (Daniel, 2009)*

Em nossas conversas com os dirigentes da escola, perguntamos sobre os alunos das comunidades locais. Eles ratificam que eram (como ainda são) considerados “alunos do sítio” porque vêm do interior do município para cidade cursar o ensino fundamental e médio. O deslocamento para a cidade acontece por meio de um ônibus escolar cedido pela Prefeitura Municipal de Barcarena, que transporta os alunos das sete comunidades da zona rural (Cabeceira Grande, Massarapó, Guajará da Serraria, AMA, Vai-quem-quer e Nova Vida). Esse transporte foi reivindicação da CNV e resultou de um amplo processo de mobilização, que pressionou o poder público local. A chegada do “ônibus do sítio”, como é conhecido, é marcada pela quantidade de crianças e adolescentes que chegam conversando, brincando, muitos em pé, tomando conta da frente da escola, principalmente às 14h. Tivemos a oportunidade de presenciar por diversas vezes essa chegada. Ela é bem significativa e assume contornos diferenciados: em alguns momentos parece algo tumultuado, dando a sensação de dificuldade em função do calor, do barulho e de ter muitos alunos, mas, em outros momentos, é um acontecimento tranquilo, disciplina e que já foi incorporado ao cotidiano da escola. Todos esperam, olham e comentam. Uma professora nos relatou que ir à escola e andar no ônibus é uma diversão para os alunos das comunidades: “[no ônibus] quanto mais apertado melhor.... eles [os alunos] fazem da escola uma praça, um grande lazer... Quando eles saem do ônibus eles se transformam” (JANILMA, 2008).



Fotografia 8 – Alunos subindo para o ônibus escolar

Há um grupo de estudantes formado por jovens e adultos que chega no ônibus às 18h. Esses últimos alunos são da EJA, trabalhadores das prestadoras de serviço (na sua maioria terceirizadas das empresas de mineração) que atuam nas áreas de construção civil, manutenção elétrica, limpeza, que também passam a exigir mais qualificação da sua mão de obra. Também têm alunos/as autônomos/as (ambulantes, costureiras, pequenos agricultores e feirantes), além de desempregados que se ocupam de “bicos” – trabalho temporário.

Os pais dos alunos da CNV não os ensinaram a pescar e a roçar. Segundo os adolescentes isso foi uma decisão deliberada, pois os pais, como explica Rosane (2010), não queriam que seus filhos passassem pelo que eles passaram. “Pescar e roçar é coisa do passado”, dizem os mais velhos. O futuro há de ser mais de mais oportunidades e conquistas promissoras. A fala da Diná expressa essa idéia: “Não quer que ele [filho] seja pescador... O filho quer ser pescador, mas o pai e a mãe não quer... Pescador perde visão por ter pego muito vento nos olhos. Adoece e fica pobre”. No entanto, o que Diná (2009) reforça é que há o respeito à vida e o sentido de comunidade que estão presentes nos diálogos com os filhos, até mesmo o exemplo da luta para a conquista de direitos, marcada com os deslocamentos. Houve até momentos em que os alunos utilizavam dessas informações para justificar a importância de morarem no “sítio”: É de lá do sítio, dizem eles, “que vem as verduras e frutas pra vocês comerem aqui na cidade. E lá tem rio que dá pra tomar banho e brincar bastante” (DARIO, 2010 e DANA, 2010). Sobre o rio, especialmente, percebemos que há uma forte relação das crianças e adolescentes com o rio Mucuruçá, como nos disse Dana (2010): “Tomar banho no rio é muito

bom. Se eu não for no rio, é como se o dia não completasse”. Com um detalhe, Ozéias, o pai da Diná, tinha também essa mesma relação com o rio, que faz parte da história da comunidade. Neste caso, pensamos que além da competência escolar, os alunos da CNV conseguem desenvolver outras competências relacionadas ao convívio em comunidade, especialmente por se tratar de uma comunidade de origem indígena, que desenvolveu práticas de ribeiridade e de agricultura.



Fotografia 9 – Jovem com animal preguiça



Fotografia 10 – Crianças brincando no espaço de produção do açai

O tema dos estudos está diretamente vinculado à ocupação. De certa forma, a comunidade sofreu mudanças com a qualificação das pessoas, com a realização de cursos com o maior número de gente estudando regularmente. Houve um choque entre aqueles que estavam trabalhando, estudando, se qualificando, e aqueles que ainda não tinham se inserido nesse universo. Aqueles que estavam

trabalhando traziam novos assuntos, diferentes dos que circulavam na cultura da comunidade. O choque de posições entre quem estudava e trabalhava e aqueles que não faziam nem uma coisa nem outra, promoveu certa fragmentação entre os moradores. O fato de estar empregado e estudando influenciava nas relações da comunidade e começava a produzir: a redução do diálogo entre os membros da comunidade; desestruturação das relações sociais da família e uma tendência à formação de grupos por área de trabalho – roça, pesca e fábrica. De certa forma, houve um conflito de conhecimentos em que cada qual quer reforçar seu campo de atuação.

A entrada no ensino superior tem um significado muito especial para os membros da CNV. Sobre isso, recordo uma fala de Eunice: “O meu sonho era ser professora. Sonho em ser professora para ajudar a minha comunidade e fazer história na comunidade”. Este sonho era também da sua mãe, Sra. Iolanda. Cinco pessoas ingressam no ensino superior – Sara, Eunice, Rosane, Diná e Rosane –, visando conseguir uma profissão, como anunciamos no início das observações sobre a qualificação. O curso escolhido foi de Pedagogia, com aprovação ocorrida neste ano. Essas pessoas têm como expectativa a “busca pelo conhecimento mais vasto” (EUNICE, 2010). O assunto toma conta das rodas de conversas e a alegria foi a principal reação das famílias. A principal intenção é o repasse do conhecimento para a comunidade.

Alguns fatos que se sobressaem neste episódio de ingresso da comunidade no ensino superior. Um deles diz respeito ao fato de que de todos os ingressantes fazem parte da família do Sr. Teté (filhas, noras e neta); o outro é que todas são mulheres. Destaca-se a história de dedicação e superação de uma família e também a forte presença das mulheres neste processo. Há um apoio mútuo entre elas nos estudos, o que vem sendo fundamental para os cumprimentos das exigências acadêmicas. A idade mais avançada não foi problema, pelo contrário. A idéia é recuperar o tempo perdido e explorar a experiência adquirida nos processos vivenciais só reforça a vontade de “seguir em frente”. Para essas universitárias as lições aprendidas com vida dura, com as dificuldades, só ratifica o valor dessa conquista. Em razão da importância que esse fato assumiu no interior da comunidade, mais pessoas estão se preparando para fazer o vestibular; outras voltaram para a escola.

Os estudos e a qualificação advinda dos cursos do SENAR foram importantes na trilha ecológica, na cooperativa escolar e nas atividades do teatro na medida em que estas situações contam com a participação dos membros da comunidade. As circunstâncias sociais e políticas vividas pela comunidade impuseram outras práticas educativas. São práticas educativas que pressupõe a conquista de novos saberes. No bojo dessas práticas estão fortes lições resultantes das dinâmicas territoriais, envolvendo um conjunto de mudanças presenciadas nas novas práticas sociais como as que passaremos a nos deter: a Cooperativa de Professores Educacional de Barcarena – a COOPEB.

A COOPEB foi criada em 2005 por um grupo de professores que estava desempregado. O sucesso da cooperativa escolar conta com a participação de muitos membros da CNV. Localizada na Vila dos Cabanos, trabalham na COOPEB: Daniel, Sara, Eunice, Diná e Rosane. A maioria atua como professora e Daniel é diretor da cooperativa. No início, houve questionamento por parte dos frequentadores da cooperativa sobre a capacidade das professoras da comunidade. Além de informarem os seus currículos, o desempenho em sala de aula e a aceitação dos alunos foram determinantes para aprovação do trabalho docente das mesmas. O público da escola são os filhos das famílias da Vila dos Cabanos que na sua grande maioria trabalha nas empresas mineradoras e que, por isso, seriam famílias mais exigentes com a escola. Por conta dessa compreensão, Eunice (2009), uma das professoras, manifestou um certo orgulho em trabalhar na cooperativa: “Sair daqui para dar aula na cidade para os filhos dos funcionários de empresas... É gratificante saber que as aulas não deixam a desejar às outras escolas”. Ela continua: “Eles pensam que dentro da mata, não há educação... na zona rural não tem educação”.

Dentre os processos sócio-culturais em destaque na CNV, os cursos promovidos pelo SENAR vêm ganhando repercussão na realidade social em questão. Na verdade, como ocorreu em Curuperé, os cursos oferecidos têm sido nas áreas agrícola, culinária, artes, empreendedorismo e teatro. O curso de corte e costura foi idealizado para capacitar mulheres que pudessem atuar no atelier de costura, que foi construído pela PPSA. Sara (2009), uma das líderes dessas mulheres, informou que tem sido muito boa a atuação das mulheres no espaço coletivo de produção. Elas contam com encomendas por parte de clientes diversos. Um investimento direto na comunidade aconteceu com a construção da

trilha. Com recursos da PPSA, e contando com as oficinas de formação do SENAR, a trilha ecológica de São Bento permitiu aos membros da comunidade um novo conjunto de práticas. O objetivo da trilha era a geração de emprego e renda para os jovens e adultos da comunidade. Foram capacitados 15 (quinze) moradores que fizeram o curso sobre turismo sustentável com técnicos do SENAR. Advém daí o slogan que se lê na entrada da trilha: “Trilhando os caminhos do desenvolvimento sustentável”. A responsabilidade com a trilha é da CNV. Contudo, desde a sua construção, foram detectadas, pelos moradores, dificuldades que vão desde a infra-estrutura até a ausência de divulgação. É notório o compromisso da CNV com a preservação da trilha, pois ela está na área da comunidade, vinculada com o seu próprio modo de vida.

Ao percorrer a trilha constatamos a presença de floresta de grande porte, frutos e flores que lembram elementos da história da comunidade. No final fomos surpreendidos com um pequeno trapiche que leva ao rio Mucuruçá, braço do rio São Francisco. O lugar é tranquilo e de muita beleza. Hoje a trilha passa por muitas dificuldades de ordem promocional e de infra-estrutura, motivo pelo qual ela está desativada. O SENAR, por sua vez, teve seu contrato de parceria com a PSSA cancelado em virtude de algumas insatisfações na atuação junto à comunidade.



Fotografia 11 – Trilha ecológica São Bento



Fotografia 12 – Rio Mucuruçá



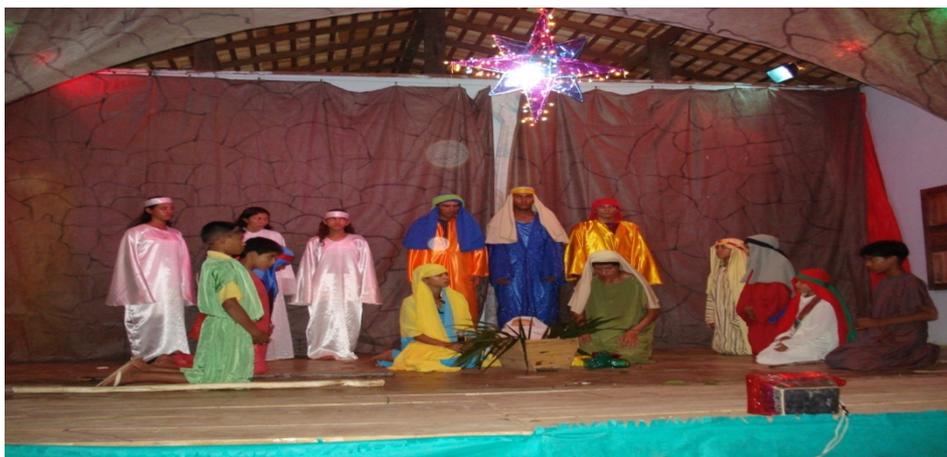
Fotografia 13 – Igarapé Ladrão

A participação dos jovens nas atividades do teatro faz com que os mesmos desenvolvam outras atitudes importantes para a formação (conforme fotos). Nessas atividades, são reforçados o trabalho coletivo, dividido em equipe de cenários, de iluminação, de figurino, de patrocínio e de divulgação.

*Todo mundo se mobiliza, todo mundo se integra, todo mundo se doa nesse dia... Assim como no dia da apresentação que é final de ano faz daquele momento uma atividade para que possa superar os obstáculos da vida, mas nós temos ainda mais atividades, como as brincadeiras na escola que é desenvolvida pela igreja para que as crianças possam aprimorar, temos a escola bíblica para crianças que é dirigido por uma jovem a Rosane, uma atividade que ela faz com as crianças (Miquéias, 2009).*

Para Roberto, coordenador do grupo de teatro, a experiência tem reação com a formação dos jovens.

*A formação de um grupo que sabe o que quer, mesmo sendo originário de um local e de um tempo em que as oportunidades eram poucas, mas com muita vontade e compromisso conseguiram desenvolver um belo papel e servir de exemplo para as novas pessoas que foram chegando ao grupo (Roberto, 2010).*



Fotografia 14 – Apresentação de grupo de teatro



Fotografia 15 – Organização e mobilização de jovens da CNV

Na CNV é possível perceber uma formação cultural construída em intensos processos de transformação e em interação com diversas atividades, manifestadas nos movimentos intralocais vivenciados nos últimos 18 anos. Em todas as dinâmicas territoriais são produzidos sentimentos, aprendizagens e atitudes que marcam sua história e projeto.

## 6.2. O sentido da luta e da vida em comunidade

“Eu pretendo me casar, mas deixar a comunidade, jamais!” (Eunice, 2010). Esta frase de Eunice nos impulsionou a entender o sentido de comunidade presente hoje em Nova Vida. Esta discussão repõe outra questão central: considerando o momento de reestruturação sócio-espacial em curso na Amazônia,

o que significa pertencer à Comunidade Nova Vida? Tal questão nos faz também retomar o tema da cultura no processo de dinâmica territorial.

Na CNV a união, o companheirismo e a hospitalidade são sinais atuais. Esses foram anunciados por Miquéias (2009), Eunice (2009) e Cleonice (2009). Ele e elas ainda destacaram que a força para trabalhar, o fato de ser “sonhadora, incansável em seus direitos e inconformada” são também elementos que complementam os valores hoje presentes na comunidade. Também manifestaram esses autores, os aspectos considerados mais frágeis: “individualismo, falta de interesse e falta de comunicação”. Esses traços, considerados negativos, representam os conflitos intra-subjetivos engendrados historicamente entre os moradores e que os colocam diante de disputas no âmbito da educação e da cultura, em que privilégios e poderes estão em jogo, e da conquista qualificada pela terra, na qual condições de habitação passam a pautar os debates na associação de moradores.

A cultura da CNV é híbrida e as colagens provenientes das suas práticas sociais são expressões dos processos de deslocamento. A cultura da comunidade, em razão disto, foi se alterando e, com ela, a ressignificação do mundo e do próprio território. Esses processos de hibridização cultural são percebidos na convivência de distintas e mistas culturas que ali co-habitam e que refletem as sociedades também distintas, diversas (e por vezes contraditórias) que conformam o espaço amazônico, o que acaba por exigir de nós uma visão transdisciplinar capaz de perceber e articular, de maneira horizontal, as diversas malhas culturais (CANDAU, 2002). A cultura em fluxo permite compreender as mudanças nos modos de viver e de pensar e o continuum de diversidade. Mas é importante atentar para o que diz Hanner (1997) quando chama atenção para o fato de que os processos culturais não são “fáceis demais, tranquilo demais. (...) uma questão de simples transformação, simples transmissão de formas tangíveis carregadas de significados intrínsecos” (HANNERZ, 1997, p. 15).

Nova Vida não é uma cultura que se encerra nela mesma, mas uma cultura que permite à comunidade compartilhar outras possibilidades de enxergar e viver o mundo, criando e transformando a sua própria cultura. Como nos disse Miquéias (2010): “(...) para conciliar e valorizar a nossa cultura foi necessário o conhecimento de outras culturas. Para manter a nossa cultura foi necessário conviver com outras culturas. A nossa cultura não foi detida.” Os “fluxos

culturais” para Hannerz (1997) correspondem à metáfora que possibilita “problematizar a cultura em termos processuais” (HANNERZ, 1997, p. 15). A visão dinâmica sobre cultura permite superar definições e encaixes, tendo na diferença de conteúdo e de situações a condição para negociar e inovar. O quadro de representação social das etapas da comunidade colaborou para sistematizar as mudanças e os ajustes que foram sendo vividos na cultura.

As fases da comunidade podem ser assim sintetizadas:

PERCEPÇÃO SOBRE A COMUNIDADE		
Montanha	Curupéré	Nova Vida
Famílias formadas por pescadores e pequenos agricultores, que tinham relação social, orgânica e emocional com o modo de organização espacial em torno da várzea-rio-floresta.	Comunidade expropriada de seu espaço originário, que inicia seu processo de formação sócio-política contando com o apoio de entidades sociais que atuam como mediadores.	Comunidade como ente político, que lida com as contradições sociais em continuar optando por valores que são históricos de sua formação e pela luta por cidadania como “espaço” educativo.

Quadro 20 – Percepção sobre as três fases da comunidade

O referido quadro foi resultado de conversas com os membros da comunidade quando perguntados sobre o que representou cada uma das fases. A percepção da Montanha é reforçada pelos depoimentos: “Filhos de Deus, abençoado por viverem em um lugar muito bom” (DANIEL, 2009); “Somos uma família feliz” (CLEONICE, 2009). A dimensão da felicidade está presente e marca esta fase, cuja maior representação é a natureza. Quando se referem à Curupéré, a “posição” dos moradores muda, a idéia corrente é de que a comunidade, neste momento, ganhou com a organização no sentido de comunidade. Dizem eles que em Curupéré constituiu-se: “uma comunidade lutando junto, se organizando” (SARA, 2009); “uma comunidade lutadora com conquista e perdas do passado, mas querendo entender o futuro e começar uma nova fase” (DANIEL, 2009). Já Nova Vida é percebida por seus membros como uma comunidade de maior esclarecimento e formação: “Somos mais informados e estamos mais preparados para enfrentar a vida” (JOAQUIM, 2009b); “Novo reassentamento dos moradores de Curupéré, mas ainda não é nosso porque o documento ainda tem nome da empresa” (EUNICE, 2009).

Interessou-nos apresentar, depois da descrição das percepções sobre a comunidade por seus membros, o “olhar” da empresa. Em entrevista, Hilda Silva – assistente social da Gerência de RH Internacional e Institucional da PPSA – informou que tomou conhecimento que a Comunidade da Montanha era uma “comunidade crua que não tinha expectativa de vida” (HILDA, 2010). Destacou ainda que a visão da empresa sobre o deslocamento refere-se tão-só à doação de um terreno, já que ela estava “preocupada” com a situação da comunidade. Para Hilda, hoje a comunidade precisa “aprender a ter auto-sustentabilidade e desenvolvimento cultural”, sendo esse um dos focos de atuação da parceria da PPSA com o SENAR, que, segundo ela, apresenta resultados satisfatórios. Esse depoimento de uma representante da empresa ilustra não apenas as perspectivas de valores diferenciados, mas a ideologia as ideologias em questão.

Atualmente há informações de que na área da comunidade será construído o núcleo habitacional da empresa de aço CAPI, a qual deve concentrar suas instalações na área de Massarapó. Essa notícia tem deixado a comunidade de sobreaviso, inquieta e assustada. Ao mesmo tempo, houve uma manifestação da empresa, por intermédio de Hilda Silva (PPSA), de que os títulos de posse da terra serão entregues à comunidade. O terreno foi doado pela PPSA, mas a posse da terra continuou com a empresa. Caso haja de fato a garantia de permanência na área, a comunidade pensa manter a área grande para ser dividida entre as famílias com vistas ao desenvolvimento de projetos voltados para todos. Caso isto não aconteça, duas possibilidades se avizinham: 1) permanecer em comunidade, saindo para outra área próxima ao local de trabalho (Vila do Conde e Vila dos Cabanos), o que corresponde à sugestão da maioria; 2) dividir a comunidade, com cada um procurando o que é melhor para si, sugestão de uma minoria.

Pertencer à CNV significa compor uma unidade social constituída por reivindicação de direitos e organização sócio-política, com práticas de mobilização e resistência que compõem o arsenal de estratégias inerentes ao processo de apropriação do território. Também é reconhecer-se como potencialmente capaz de se apropriar da cultura do direito de ter direitos. Essas formas simbólicas de pertencimento foram forjadas na história, uma história rica de aprendizados e ensinamentos, especialmente os de ordem da organização política. Essa é a referência de comunidade e que a faz se destacar no contexto das experiências locais em curso na Amazônia.

### 6.3. Pedagogia do Deslocamento: saberes que se constituem na luta pela vida

Os deslocamentos são o tema central da CNV e os vários sentidos e idéias a eles associados representam o território em movimento, suas dinâmicas e fluxos. Neles – nos deslocamentos – são produzidos e partilhados saberes e fazeres. Mas quais os saberes e fazeres adquiridos com os deslocamentos? A resposta a essa questão será a base da reflexão desta última subseção em que dialogamos com as experiências pedagógicas vivenciadas nos deslocamentos e que arriscamos dizer que funda uma pedagogia pautada na ética e na liberdade. Trata-se de uma pedagogia que produziu competências – organizar, resistir, perceber criticamente sua condição, e enfrentar luta por direitos, mesmo diante da desestruturação das relações sociais em comunidade. Dito de uma outra maneira, os deslocamentos são formas de resistência da comunidade, que promoveram o aprendizado pelo impacto e o impacto pelo aprendizado.

O intenso processo de expropriação do espaço mediante ações articuladas do Estado e da PPSA compõe a complexidade social que provocou as ações da CNV e as razões de sua existência. Tais processos ocorrem há 18 anos e as experiências de deslocamentos, ainda que duras e difíceis, são educativas. O depoimento de Diná, que viveu os deslocamentos, favorece essa reflexão.

*(...) eu digo: minha mãe é lutadora!..eu tenho isso. Isso é pro resto da vida... Lutadora pra conseguir as coisas. 'Meu filho, você tem que ter as coisas com dignidade'[Referindo-se a maneira como a mãe falava]...Então hoje eu passo pros meus meninos: 'o mundo tá aí, muita coisa! É droga'!..Mas eu falo: 'Olha! A minha mãe me ensinou assim, o caminho é esse'...A minha mãe não teve muita coisa pra me ensinar...até porque ela não foi ensinada também. Mas o que meu pai me ensinou,o que as outras pessoas -os mais velhos lá me ensinaram- serviu! Serviu pra mim ser uma pessoa boa. Uma pessoa que muitas das vezes eu esqueço de mim mesmo pra lembrar de outras pessoas..Teve uma situação assim que me chamou muita atenção deles. Teve um tempo que eu saí de casa com meu marido..quando eu cheguei, o meu mais velho disse assim: 'mãe, tinha uma comida aí, era pra mim com Jeane mãe, ainda eu tô com pouco de fome porque eu dividi a nossa comida eu dei pros meninos do seu Zé que eles tavam com fome. Eles não tem nada em casa..então eu dei a nossa comida pra eles'. Sabe são coisas assim...são os valores que a gente passa pra eles que a gente vê que tá fazendo efeito. Então ele se preocupa muito...às vezes só dele ir brincar na casa de alguém, ele percebe que não tem o alimento, ou a pessoa tá precisando de um dinheiro pra fazer alguma coisa que é muito útil pra família, ele vem em casa e fala comigo..ele chega assim: mãe, coitado de alguém, tá precisando de tal coisa, dá pra gente ajudar mãe', aí 'dá!'.(Diná, 2009)*

A fala da Diná é bem significativa. Nela está contida a abordagem pretendida pela pedagogia do deslocamento que está baseada em três dimensões: luta por direito, solidariedade e compreensão do mundo. As experiências de deslocamentos da CNV são educativas por gerarem processos de formação da consciência de si, da sua história de expropriação, da sua organicidade, da força da sua resistência e dos valores sociais que lhe são caros. Assim, a experiência social da comunidade com os deslocamentos é educativa e passa a ser pedagógica na medida em que o processo de formação institui novos conteúdos, formas de transmissão de conhecimentos, uso destes conhecimentos que cria um “currículo” baseado na experiência em esclarecer e refletir as condições de vida e o direito a ter direitos. O espaço pedagógico é o vivido na prática da conscientização para que o indivíduo se torne sujeito político da sua história. Ao se (re)apropriar do território os seus membros tomam consciência das implicações do seu uso e das disputas a enfrentar para continuar mantendo a sua territorialidade. Cleonice, fez uma síntese, pra nós: “Os deslocamentos ensinaram a gente a brigar por direitos” (Cleonice, 2010).

Os atos de uso e apropriação dos recursos são formas de territorialização do espaço que também pressupõe a necessidade de conhecimento, auto-conhecimento e auto-consciência, afirmando a identidade em interações humanas no território. Os atos de territorialidade são modos de vida, formas de apreensão do cotidiano, experiências diversas, situações de aprendizagem em que a materialidade e imaterialidade traduzem-se nas relações econômicas, nas formas de trabalho e na reprodução social. A apropriação do território vem representando para a comunidade a apropriação da cultura de direitos. Talvez isto não pareça tão visível nas fases inicial desse aprendizado (Montanha), mas nas fases de Curuperé e Nova Vida ganha relevância significativa.

O aprendizado coletivo é a maior experiência histórica da educação não-formal vivenciada pela comunidade, sobretudo porque nela há dois movimentos imbricados. Um primeiro movimento diz respeito à prática que se constitui na luta social pela terra, para além da apropriação meramente econômica o que dá a posse um sentido histórico de direito coletivo que se interliga aos processos sociais de luta da comunidade por seus modos de vida, por sua cultura. O segundo movimento advém da análise de que esta luta social assume maior substância quando os seus sujeitos compreendem-na na perspectiva histórica, com suas

possibilidades, contradições e limites, desnaturalizando-a e problematizando-a no contexto da complexa realidade social das Amazônias. Neste sentido, as relações sociais da comunidade são espaciais e culturais, assumidamente em transformação e o processo educativo coletivizado tem condição de acompanhar e ressignificar às mudanças, atualizando os temas a partir das demandas da comunidade.

Os embates políticos, as estratégias de mobilização e os avanços e recuos das negociações são exemplos de experienciais que foram vivenciados pelos membros da comunidade. Por meio delas, aprenderam a lidar com o enfretamento político, a fazer o registro de suas posições e tornar a memória social dos grupos um documento coletivo de acesso a todos. O aprendizado social obtido com as pautas de reivindicações, com os contatos institucionais, análises de conjuntura, cursos técnicos, articulações com redes de entidades, participação em reuniões e negociações, pronunciamentos em órgãos públicos são ações dos sujeitos da comunidade, entendida como agente social. Esses aprendizados revelam que a comunidade conseguiu na trajetória dos remanejamentos, no seu processo de formação, atentar para questões do imediato da reivindicação, ligadas ao cotidiano da vida e, ao mesmo tempo, tendo consciência de outras questões intrínsecas ao movimento histórico de desapropriação de famílias no município de Barcarena.

A conjuntura sócio-política em que ocorreram os deslocamentos pode ser descrita de duas formas: 1) compulsória – da Montanha para Curupeté; 2) provocada de Curupeté para Nova Vida. Ambos promoveram o desenraizamento, impactos e transformação. A comunidade faz parte de um território em movimento, e aprendeu e se transformou com os deslocamentos, traduzidos nas formas de organização, nos movimentos de resistência, nos modos de vida em mudança e nos valores que são ressignificados. No entanto, sempre surge, por parte dos moradores, a seguinte pergunta: “Quando nós vamos parar em um local definitivo? (MIQUÉIAS, 2010b).

Há conseqüências dos deslocamentos percebidas em campo durante as conversas com os moradores que em síntese seriam as seguintes:

Desenraizamento do espaço, fazendo com que as tradições, costumes, histórias e saberes ficassem desvinculadas do território do grupo social que construíram social e culturalmente;

Impactos nos modos de vida e forma de conviver, afetando a auto-estima, além de trazer fortes sentimentos de perda e frustração, com significativa desestabilidade emocional;

Transformação de culturas e identidades como condição de sobrevivência em meio a outras realidades que são completamente diferentes;

Produção de novas racionalidades para conquista e luta por direitos, corresponde ao aprendizado dos direitos de continuar existindo como comunidade;

Promoção da organização e fortalecimento da comunidade com a estratégia da “pressão”, da visibilidade e do “contato”, dando maior legitimidade aos membros;

Ensinar o valor das conquistas, de se aproximar mais das pessoas e entender a realidade para intervir nela.

O deslocamento gerou medo e sacrifícios. O medo estava presente na expectativa dos desafios a serem enfrentados, já que sempre eram difíceis e, muitas vezes, vital para as pessoas. O sacrifício acompanhava o medo. Era necessário lutar com todas as forças e formas. Aliás, o verbo lutar e o substantivo luta foram os vocábulos mais pronunciados pelos moradores em suas entrevistas e se manifestaram repletos de significados. Todo o vivido foi resultado da luta e lutar era necessário para continuar existindo. Advém dessa constatação a forma como os moradores compreendem os seus papéis nos cenários de deslocamentos. Se algumas vezes eles avançaram, em outros houve sensíveis recuos. Entretanto, nenhum desses dois movimentos foi desencadeado sem a luta constante e nenhum deles foi construído sem que os personagens principais tivessem que lutar. O sacrifício e o medo foram dimensões humanas desta luta e o aprendizado ao lutar foi gerador da consciência de um grupo social diferenciado na região.

Os sentidos dados aos deslocamentos são diversos. Se ele é capaz de revelar impactos gerados pela desterritorialização que desenraiza os moradores do espaço, fazendo com que eles percam laços, relações de trabalho; ele também pode significar processo de formação para continuar vivendo em outros espaços, aprendizado com a adaptação e reatamento de outros laços e relações. Trata-se de movimentos de transformação cultural em que a relação de pertencimento ganha outros “fluxos” de possibilidades. É como se o deslocamento fizesse parte da própria cultura da comunidade, que foi sendo ressignificado por ela. Olhar o

deslocamento a partir da CNV é reconhecer simultaneamente o que o provocou, sua complexidade social e as lutas travadas.

Ontem em Cururperé e hoje em Nova Vida, os moradores da comunidade continuam se deslocando para viver/acompanhar a dinâmica das suas realidades sociais. As crianças se deslocam para estudar. Os jovens também se deslocam para estudar e trocar conhecimentos. Os adultos se deslocam para trabalhar e participar de atividades religiosas e sociais. E a própria participação de membros de outras comunidades ou áreas urbanas em atividades da Comunidade Nova Vida só é possível com o deslocamento. Nos rastros desses deslocamentos é possível perceber a integração CNV, Cururperé e Massarapó/Cabeceira Grande. Isto porque todos os dois deslocamentos permitiram a ampliação de duas comunidades que já existiam: Cururperé e Massarapó/Cabeceira Grande. Nessas duas comunidades moram parentes diretos dos moradores da CNV. E nesses espaços, até hoje, há convivência entre os moradores, o que pode ser revelador da idéia de rede de relações que se formou com a expansão das áreas de atuação da CNV, servindo como áreas de apoio e de manifestação da cultura dos grupos sociais de seu entorno. Em Cururperé, moram Eunicéia (filho do Sr. Teté) e Roberto (filho do Sr. Alfredo), que trabalham na Escola da Montanha, além de irmãos do Roberto e primos da Eunicéia. Já em Massarapó moram o Sr. José Moreira e Maria (pais de Sara e Diná, respectivas esposas de Daniel e Ozeias), além do Sr. Raimundo, irmão do Sr. Teté.

A pedagogia do deslocamento se manifesta nas interações sociais, no conflito, no debate, na disputa política. Ela se faz no antagonismo e na identificação dos moradores no processo. Neste sentido, a prática educativa vivenciada na CNV é ética e política porque promoveu a reflexão e o posicionamento de seus membros diante das desigualdades. Esse posicionamento político é fundamental para a permanência e afirmação da singularidade da CNV, seu traço próprio, especialmente quando confrontado com outros.

Das considerações teóricas às reflexões empíricas, temos conseguido perceber que a CNV vive outras formas de educação para além da escolar/formal, quando valoriza sua história e busca conquistar sua cidadania. Por essa razão, e também por atuarem em contextos de desestruturação do arranjo espacial prevalecente, ela, em contato com as empresas e outros moradores, produz símbolos e significados presentes na cultura, logo, na consciência de mundo,

como analisa Brandão (2002). Para este autor educar é “criar cenários, cenas e situações em que, eles e elas, pessoas, comunidades aprendentes de pessoas, símbolos sociais e significados da vida e do destino possam ser criados, recriados, negociados e transformados” (BRANDÃO, 2002, p. 26). É com Mészáros (2005) que verificamos, com propriedade, o quanto o sentido amplo de educação ganha força e vitalidade. O autor considera que o conhecimento, a compreensão da realidade e a sua transformação forjam a consciência social humana, portanto, a vida dos indivíduos e o modo de ser representam processos de aprendizagem, de formação humana e geração de saberes sociais que podem superar, com a automudança, a alienação objetiva promovida pelo sistema. No caso particular da CNV, a emancipação humana se processa na luta incansável contra aqueles que a tiraram de seu lugar – as empresas mineradoras de capital transnacional instaladas em Barcarena.

As experiências em curso na CNV, com todas as contradições e conflitos, podem ser consideradas processos de formação e produção social de saberes no sentido amplo de educação, seja pela força das relações sociais coletivas, seja pelo aprendizado sócio-político adquirido nas iniciativas de garantia da própria sobrevivência humana, da sua história, da sua cultura. Por isso, as vias de organização comunitária expandem-se para além das experiências individuais espraiando-se para o campo da experiência coletiva, como as vivenciadas na associação de moradores e nos sindicatos. Há inclusive uma especificidade na forma de resistir, em função da maneira de se relacionar com o espaço. Este é um traço dos movimentos sociais na Amazônia. As organizações sociais nela articuladas, especialmente aquelas ligadas aos espaços afetados pelas empresas transnacionais, instalam novas institucionalidades, traduzidas em organizações do tipo cooperativas e associações de pequenos produtores, cujo resultado marcante tem sido a afirmação de identidades já existentes e a formação de novas identidades a partir do interesse social do grupo e da estratégia de intervenção e de luta (ALMEIDA, 1994). As organizações sociais são orientadoras de mobilização e articulação em favor de processos contínuos de inclusão social e cidadania. Esses processos, por estarem em construção nas comunidades, sofrem diretamente as influências do contexto sócio-espacial ao tempo que o alteram. Essa dinâmica assume feições múltiplas na Amazônia, pois são diversas e de densidades diferentes no espaço territorial da região

Mészáros (2005) considera que a aprendizagem é a própria vida. O autor enfatiza a compreensão abrangente da educação percebida como processo de constituição do ser social. O autor considera que o conhecimento, a compreensão da realidade e a sua transformação forjam a consciência social humana. Para ele, a vida dos indivíduos e os processos de aprendizagem, de formação humana e geração de saberes sociais podem superar, com a automudança, a alienação objetiva promovida pelo sistema produtivo dominante, tornando, assim, a emancipação humana possível.

Como Mészáros, Freire (2000) traz questões que revelam o contexto de uma educação baseada e voltada para o mundo da vida e de socialização, priorizando espaços como produção e organização. Nas formas de aprender produzindo, as pessoas se educam na medida em que o grupo luta para sobreviver e continuar a ser o que é. Nesse processo, cada um se educa (ser coletivo) na proporção da educação do outro (cultura vivida) (FREIRE, 2000).

Importa considerar que a indução de processos de formação em contextos de processos de desestruturação sócio-espacial é tecida na relação territorialidade e cultura. Essa relação se constitui em espaços de sociabilidade educativa e produz saber social. Diferentemente da educação convencional (escolar), a perspectiva de educação aqui concebida tem uma conotação sócio-política na sua base. Paulo Freire nos ajuda neste sentido quando, baseado no imperativo da dialogicidade e da curiosidade epistemológica, afirma: “toda educação é um ato político e todo ato político um ato educativo” (FREIRE, 2000, p. 10). O que torna um processo formativo em educativo é a dialogicidade das práticas e as experiências sociais. Reside aí a educação como forma de socialização de saberes e práticas. Assim, os processos de formação são todos os saberes e conhecimentos produzidos nas experiências humanas que organizam e estimulam práticas sociais, geradoras de sociabilidades diversas, sobretudo pela interseção e cruzamento de saberes. Do mesmo modo, Freire falava da urgência da construção de abordagens dialógicas para formação de consciências críticas produtoras de cidadania, por isso entende a educação como processo permanente e vinculado à cultura e às relações sociais: “A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos” (FREIRE, 1983). Em Nova Vida, é possível perceber o conjunto dessas

iniciativas. É a cultura gestada no território que perpassa pela cultura de direitos, como revela os depoimentos abaixo:

*Saber lutar pelos direitos e aprender a lutar pelos ideais...Lutar pelo que se tem e valorizar o que se tem... Aprendizagem de vida...(Eunice, 2009)*

*Os deslocamentos forçaram a reorganização da comunidade. (Sara,2009)*

*Os saberes da vida que eles [os mais velhos] não só diziam. Eles praticavam. E os filhos viam, ainda é muito forte. Os valores foram ensinados no território da Montanha, mas extrapola o espaço físico. Maior patrimônio deixado foram os valores que permanecem até hoje. (Roberto, 2010)*

Não obstante as conquistas, os problemas de adaptação permaneceram e são, em alguns casos, irreversíveis. Todavia, suas histórias e memórias são demonstrações do quanto os conflitos sócio-ambientais – seus impactos e dinâmicas de negociação, assim como os contextos de conscientização-politização-mobilização, gestados pelos grupos atingidos – são amplos processos educativos. As dimensões objetivas e subjetivas, portanto materiais e imateriais são oriundas desses conflitos, presentes no cotidiano dos grupos sociais organizados, constituindo modos de vida, constituindo cultura. Cleide Leitão também opta por essa interpretação sócio-relacional de educação em contextos ampliados. Para ela, trata-se da diversidade da vida, das representações e dos significados que assumem no meio social. Citamos a sua compreensão de educação.

Os processos de formação estão relacionados ao que saber, por que saber e aos modos de saber na relação entre as pessoas. Se entendermos a relação com os saberes constituída de afeto, solidariedade, curiosidade, insatisfação, provisoriedade - portanto, mais próxima da vida em seu movimento ininterrupto e dinâmico -, esse entendimento traz em seu interior incertezas, inseguranças e necessidade de mudanças, e com elas perdem-se algumas certezas, descobrem-se outras, sobre as quais também não temos garantias (LEITÃO, 2004, p. 45).

Vemos, portanto, que uma abordagem sobre os processos de formação de comunidades nativas reveste-se de um sentido amplo de educação. Com esse entendimento, a relação educação e cultura ganha relevância na medida em que as práticas sociais, atos de consciência de estar no mundo, correspondem a processos educativos de formação humana. O encontro se amplia e, dialeticamente, se intensifica porque os modos de vida, o mundo da vida são produções e representações de saberes, aprendizagens e experiências individuais e coletivas. Em Feitosa (2007), Batista (2006 e 2007) e Falkembach (2007) os saberes da

experiência implicam nos saberes dos moradores inscritos nos fazeres da convivência, do trabalho, das relações comunitárias, tendo como princípio educativo a compreensão da realidade em que vivem. Para Teves, o conhecimento da realidade significa:

reconhecê-la como historicamente determinada, constituída por sujeitos que a representam, a simbolizam. Sob a forma de percepção, de intuição, de sensações, de concepções, a realidade é sempre uma realidade para um indivíduo ou grupo de indivíduos que compartilham entre si o sentido dessa realidade (TEVES apud BATISTA, 2007, p. 3).

Em dado momento, a pedagogia do deslocamento, em se tratando da especificidade das comunidades na Amazônia, assume a face da diversidade de ambientes múltiplos que foram desestruturados social e ambientalmente e de práticas sócio-culturais que marcam a sociobiodiversidade na região. Daí porque os temas organização social, cidadania e participação estão imbricados nesses contextos, capturando processos educativos gerados pelo convívio com a realidade social e cultural dessas populações. A captura destas práticas educativas nos intensos processos territoriais requer um percurso de contato com os espaços pedagógicos. Os deslocamentos aguçaram ainda mais esses espaços com a solidariedade entre os membros, a luta pela cidadania e a emergência da organização – faces do processo. O sentido da luta por direitos atravessa as manifestações dos moradores. A luta é uma complexidade social instituidora de aprendizagens sociais.

Em sua concepção de aprendizagem Gohn (2005) explora a diversidade em que ocorrem as práticas educativas nos movimentos sociais. Para tanto, a autora lembra que todas estas práticas decorrem da ação para uma cidadania coletiva baseada em estratégias que atendam às reivindicações dos interesses coletivos. Reside aí o caráter educativo de práticas de luta para a cidadania coletiva, sendo esta, em sua essência, um histórico movimento educativo. Nestes espaços são geradas aprendizagens que dizem respeito à convivência com representantes empresariais e governamentais, com a burocracia estatal. Guardadas as devidas proporções e considerando que no caso estamos investigando uma comunidade na Amazônia, é possível perceber que essas aprendizagens aconteceram em Nova Vida em decorrência do seu processo histórico de expropriação territorial, como foi possível descrever no decorrer deste trabalho. O fortalecimento da CNV é

proporcional à criação de condições concretas de múltiplas formas inovadoras e sociais de aprendizagem e produção de saberes.

A totalidade social que envolve a organização territorial e o processo de formação das populações locais na Amazônia tem associação direta com o conhecimento dos recursos da natureza e a apropriação dos territórios. Esse é o contexto de constituição da pedagogia do deslocamento. Os grupos sociais instalados no território amazônico têm no fazer ribeirinho e caboclo o lugar de pertencimento. Sua racionalidade na forma de captar e gestar a floreta traduz-se em conhecimentos que são construídos na dimensão material e imaterial em que os elementos são realizados na complexidade dos ecossistemas amazônicos. Hoje, diferentemente de outros tempos, a captura desses elementos pressupõe uma noção mais politizada dos ecossistemas da região no âmbito das relações sociais, posto que também se configuram em “campos de lutas em torno do controle do patrimônio genético, do uso de tecnologias e das formas de conhecimento e de apropriação dos recursos naturais” (CHAV et al, 2009). A análise do processo de formação da CNV passa, necessariamente, pela dinâmica verificada nos movimentos intra-locais (deslocamentos/remanejamentos), o que marcou a memória social do grupo. Essa realidade corresponde ao contexto de conflitos socioambientais, que, segundo, caracteriza-se por:

um embate entre grupos sociais que decorre das distintas formas de inter-relacionamentos com seu meio social e natural, no qual cada agente social possui sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida específico que se diferencia e se confronta com as formas de outros grupos lidarem com suas realidades, formando a dimensão social e cultural do conflito ambiental (LITTE apud CHAV, 2009).

Iniciamos este capítulo fazendo referência ao “tempo que vira” para expressar a força inerente ao processo de transformação da CNV. Nesta mesma linha, Ruy Barata, poeta amazônico, fala do tempo. É dele a outra referência que queremos fazer ao tempo amazônico. Em suas palavras: “O tempo tem tempo de tempo ser. O tempo tem tempo de tempo dar. Ao tempo da noite que vai correr. O tempo do dia que vai chegar” (BARATA, 2010). A busca de dias melhores é o sentido desses versos. Aqui, como em outros momentos das comunidades locais, o tempo assume conotação social e afetiva. Na CNV, consciências e vidas dignas são tecidas nas relações sociais comunitárias, produzindo a organicidade da luta pela cidadania. Paulo Freire (2004), dizia que antes da leitura da palavra era preciso fazer leitura do mundo. Completamos dizendo que é preciso também, ao

se fazer a leitura do mundo, fazer a leitura do tempo, como nos ensina a CNV, e para a qual ele – o tempo – é luta pelo território, um território que educa e politiza porque sua apropriação pressupõe produção de saberes e de cidadania.